

## Mundo

# Uma armação americana

## Os cordões que movem o governo interino do Iraque

Pesquisa ODI



Nada mais simbólico da situação vivida pelo Iraque do que a cerimônia de posse do governo interino liderado pelo presidente Ghazi Yawer e pelo primeiro-ministro Iyad Allawi. O ato, antecipado em dois dias da data amplamente divulgada anteriormente – 30 de

junho –, foi realizado na última segunda-feira do mês, na chamada Zona Verde de Bagdá, a região mais bem guardada da capital, local onde se concentram as instalações do comando americano. A razão da antecipação foi óbvia e o resultado, aparentemente, um sucesso: evitar que os *insurgentes* – forças rebeldes iraquianas ou estrangeiras que lutam contra a ocupação americana e seus aliados – desmoralizassem o evento com atentados. Yawer e Allawi e os demais membros do novo governo receberam os cargos de uma alta autoridade judicial, que por sua vez havia recebido das mãos do americano Paul Bremer um documento que transferia formalmente a soberania do país para os iraquianos. Bremer, como se sabe, foi uma espécie de síndico do Iraque desde o início da ocupação. Para completar a simbologia, logo após a cerimônia, ele retirou-se sem pompas, foi para o aeroporto local e deixou o país.

Afastar-se do centro das atenções políticas, instalando um governo local que preserve seus interesses essenciais faz parte da grande manobra iniciada pelo governo do presidente George W. Bush para escapar do lodaçal em que se meteu no Iraque. Para completá-la, no entanto, falta muito. Nos dias que antecederam a posse dos novos governantes, por exemplo, ataques contra a polícia iraquiana e militares dos EUA nas cidades de Mossul, Bagdá, Falluja, Ramadi e Baquba deixaram ao menos 100 mortos e 400 feridos. As ações foram reivindicadas pelo grupo do jordaniano Abu Musab Al Zarqawi, a quem os EUA acusam ser da Al Qaeda.

Os novos dirigentes pediram ao povo iraquiano paciência e unidade para reconstruir o país. Mas, necessitam ainda convencer seus compatriotas de que não são meros fantoches dos americanos. Nenhum dos dois parece exercer grande liderança. O presidente é um sunita criado na Arábia Saudita, que recentemente manifestou críticas à ocupação. O primeiro-ministro é um xiita, com laços antigos com os serviços de inteligência dos EUA e Reino Unido, a quem deve os recursos que sustentaram seu partido, o Acordo Nacional Iraquiano.

Por enquanto, eles chegaram a um entendimento de trégua com nove milícias ligadas a partidos políticos locais, entre os quais o Comunista. Segundo Allawi, no conjunto são cerca de 100 mil homens. Mas isso pode ter bem menos peso do que o primeiro-ministro quer fazer crer: algumas das milícias (todas elas formadas para combater o regime do ex-presidente Saddam Hussein) já estavam inativas. Além disso, um dos grandes grupos armados do país não atendeu à oferta do novo governo: o do clérigo xiita Muqtaba al Sadr, que tem 15 mil combatentes. Embora al Sadr tenha anunciado que não pretende atacar o novo governo, ficou claro que ele e suas forças não vão participar da nova administração.

As milícias, em geral, concordaram em dissolver-se e entregar as armas, com o convite a se juntarem às forças de segurança que estão em reorganização. Hoje, o governo interino praticamente não conta com forças policiais e militares; depende essencialmente dos ocupantes para manter-se no poder. Há uma única divisão armada com 8 mil iraquianos, mais uma Guarda Nacional com 40 mil homens precariamente treinados e precariamente armados. São essencialmente os 150 mil soldados americanos e aliados que, na prática, vão ter que controlar a situação. O que não conseguiram, até o momento.

**As tropas não dão conta** Na resolução aprovada no mês de junho pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas esse quadro instável acabou retratado de forma indelével. Primeiro, a resolução afirma que o governo interino – que, na altura de sua aprovação pelo CS, ainda não havia tomado posse – solicitou a continuidade da presença das tropas estrangeiras no país, que passaram a ser chamadas de Forças Multinacionais. Depois, definiu que essas tropas terão comando próprio, que poderá agir de forma independente do novo governo. Assim, é evidente que por muito tempo ainda serão elas que se encarregarão essencialmente dos assuntos militares e de segurança interna do país.

Para dar conta dessa missão, no entanto, o número de militares americanos atualmente no país parece insuficiente. A tal ponto que o Exército dos EUA retomou uma prática não utilizada desde a Guerra do Golfo, no início da década passada: anunciou no final de junho que vai passar a convocar não-voluntários.

Para os EUA, é vital encontrar uma saída que preserve, no essencial, o controle sobre a situação no país. Uma eventual desestabilização do Iraque certamente repercutirá na região, da qual os americanos dependem para o abastecimento de petróleo. Com as reservas mundiais de petróleo estimadas para durar menos de duas gerações nos níveis atuais de consumo, o controle da produção de petróleo torna-se cada vez mais crítico. ■